

Eleições Municipais 2024

Maioria dos eleitores tem prefeitos de centro

Eleitorado governado por essa corrente política cresce de 76.302.176 para 81.014.351, segundo estudo. Direita também registra aumento, enquanto a esquerda, redução

» VICTOR CORREIA

A partir do ano que vem, 81 milhões de eleitores (52% do total) vão morar em municípios comandados por partidos de centro. O dado está no levantamento divulgado, ontem, pela consultoria Nexus, considerando informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O estudo mostra ainda que 55,6 milhões (36%) vivem em municípios que serão administrados por partidos de direita, e 17,8 milhões (12%), por legendas de esquerda.

Segundo a consultoria, os números representam pouca mudança em relação ao cenário de

2020. A proporção de eleitores governados pelo centro se manteve em 52% — em 2020, o número de aptos a votar foi de 147,9 milhões, e, neste ano, de 155 milhões. Já a direita teve um leve crescimento, de 34% para 36%, enquanto a esquerda registrou queda de 15% para 12%.

Os pesquisadores consideraram como legendas de centro, Agir, Avante, MDB, Mobiliza, PMB, Podemos, PP, PSD e Solidariedade; de direita, Cidadania, Democracia Cristã, Novo, PL, PRD, PRTB, PSDB, Republicanos e União Brasil; e de esquerda, PCdoB, PDT, PSB, PT, PV e Rede.

“Os dados analisados pela

Nexus confirmam a força dos partidos de centro, que mantiveram 52% do eleitorado governado por eles em nível municipal. E registram também um discreto avanço da direita. E, apesar de governar o Brasil na esfera federal, a esquerda perdeu algum terreno”, comentou o CEO da Nexus, Marcelo Tokarski.

Conforme a avaliação, apesar de a direita ter demonstrado força com um crescimento nas prefeituras, a população brasileira tende a escolher candidatos de centro. “Em muitas capitais, de alguma maneira, os eleitores buscaram opções para fugir tanto da extrema direita quanto

da esquerda”, afirmou.

Os estados com mais eleitores com prefeitos de direita são Mato Grosso, Goiás e Tocantins. Já pela esquerda, lideram Ceará, Pernambuco e Espírito Santo. As unidades da Federação com mais eleitores em municípios comandados pelo centro são Pará, Amapá e Roraima.

Na separação dos dados por legenda, o MDB é o partido que governa mais eleitores, com 27,75 milhões. Em seguida, vêm o PSD, com 27,61 milhões, e o PL, com 19 milhões. Em relação a 2020, o MDB cresceu 68%; o PSD, 62%; e o PL, 340% em número de eleitores governados.

81.014.351

Quantidade de eleitores governados pelo centro. São considerados dessa vertente política os partidos Agir, Avante, MDB, Mobiliza, PMB, Podemos, PP, PSD e Solidariedade

55.676.418

Número de eleitores governados pela direita. São considerados desse segmento os partidos Cidadania, Democracia Cristã, Novo, PL, PRD, PRTB, PSDB, Republicanos e União Brasil

17.810.360

Número de eleitores governados pela esquerda. Foram considerados dessa vertente política PCdoB, PDT, PSB, PT, PV e Rede

Por novas regras contra abuso de poder

Rosinei Coutinho/STF

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que são necessárias novas “reflexões teóricas, elaborações normativas e atividade jurisprudencial” para combater os abusos de poder nas eleições. A declaração, feita nas redes sociais, foi publicada ontem, um dia depois do segundo turno do pleito.

“As atuais formas (para tradicionais abusos) derivam de inovações tecnológicas, institucionais e culturais, todas demandando reflexões teóricas, elaborações normativas e atividade jurisprudencial”, afirmou o ministro.

Dino ressaltou que o abuso do poder econômico e do poder de autoridade, além da utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social em benefício de candidato ou de partido, são “antigos problemas” que persistem “sob novas formas”.

Na votação de domingo, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse, sem provas, que a inteligência do governo havia interceptado mensagens do Primeiro Comando da Capital (PCC), orientando voto em Guilherme Boulos (PSol), que perdeu a disputa para Ricardo Nunes (MDB) na capital.

A campanha de Boulos pediu



Dino afirmou que abusos do poder econômico e do poder de autoridade persistem sob novas formas

na Justiça Eleitoral a inelegibilidade do governador e do prefeito reeleito. O argumento foi de que Tarcísio usou o cargo de governador para interferir no resultado da eleição, o que configura abuso de poder político.

“Segundo o artigo 32 da Resolução do TSE nº 23.677/2021, na data da posse, sem que tenha havido julgamento definitivo do processo do candidato, o cargo de prefeito será exercido interinamente pelo presidente da Câmara Municipal, até que haja uma definição sobre a situação da chapa/candidato mais votado”, explicou a Corte ao **Correio**.

“Se a impugnação da candidatura para prefeito for confirmada em definitivo pela Justiça Eleitoral após as eleições, assumirá o cargo o segundo colocado.”

O cientista político Horácio Lessa Ramalho destacou o alto custo financeiro de uma nova

eleição. “Treinar novamente milhares, ter segurança, são diversas coisas que geram gastos. Sem contar o eleitor, que tem de passar por toda a campanha de novo. Além disso, não fica vago o cargo, alguém ilegítimo estará tomando decisões para a cidade e recebendo por isso”, afirmou.

“Sobre um caso que acontece quando 33 milhões de eleitores estão nas urnas, com 102 candidatos e que já foi judicializado, a

Justiça Eleitoral tem prazo curtíssimo e, sim, será dada a resposta. Fosse um país onde ficam meses ou semanas para dar a notícia até seria razoável a ilação (sobre demora)”, declarou. “Acho que um caso em 51 municípios (com disputas de segundo turno) com mais de 33 milhões de eleitores significa o êxito da Justiça Eleitoral, uma Justiça que funciona muito bem.”

Vereadores

Para os vereadores, as regras são diferentes. Caso a candidatura seja cassada, os votos são anulados e há um recálculo de cota parlamentar. Para Márcio Coimbra, integrante do Conselho Superior da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), esse formato é injusto e prejudicial.

“A gente tem um problema de recálculo de cota, porque isso acaba alterando o equilíbrio anterior que a gente teria em relação à eleição. Então, você vai ter partidos que serão prejudicados

e partidos beneficiados. O ideal era não haver recálculo de cota, era manter a cota anterior, para a gente conseguir reproduzir exatamente a mesma situação que existia antes de a eleição ter sido impugnada”, comentou.

Para evitar essas situações, Horácio Ramalho frisou ser necessária agilidade nas decisões da Justiça. “As Cortes precisam ser mais céleres nos julgamentos, colocar filtros maiores para o candidato se habilitar ao processo, multar os partidos. Há diversos mecanismos para acelerar os julgamentos e também para coibir candidatos ficha suja”, argumentou.

Já na avaliação de Coimbra, o que dificulta é a fiscalização nos municípios do interior. “Há várias ilegalidades que podem ser cometidas, e quanto mais para o interior, mais passível de acontecerem essas ilegalidades, porque é mais difícil a ação do Estado”, disse.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Eleição nos EUA influenciará futuro de Lula

A uma semana para as eleições nos Estados Unidos, 5 de novembro, as pesquisas mostram que, nesta reta final, a disputa entre a vice-presidente Kamala Harris e o ex-presidente Donald Trump é dramática. Seu resultado é incerto, porém será uma variável externa a ser levada em conta pelo governo Lula, tendo em vista sua repercussão na política interna brasileira até as eleições de 2026.

Eleita, Kamala será a primeira mulher a presidir os Estados Unidos e uma aliada natural de Lula. Se as contradições geopolíticas entre os dois países não se aprofundarem, sua vitória será uma espécie de “mais do mesmo” em relação à política do presidente Joe Biden. Seus principais pontos de tensão com Lula são as guerras da Ucrânia e de Gaza, Venezuela e Nicarágua, áreas sensíveis para o Itamaraty, hoje, mais aproximam do que distanciam o Brasil dos Estados Unidos. A relação do Brasil com a China, nosso maior parceiro comercial, para onde vai a maior parte da nossa produção agrícola, não interfere nas relações com os Estados Unidos, o maior mercado para a nossa indústria, a ponto de estressar o diálogo de Lula com Biden.

Entretanto, uma eventual vitória de Trump pode alterar muito esse cenário, talvez mais até em relação à nossa política interna. Explica-se: as posições de Trump são mais próximas do Brasil em relação à Ucrânia, porque o ex-presidente dialoga com Putin, ao contrário de Biden, porém são mais distantes quanto ao Oriente Médio. Se depender do ex-presidente norte-americano, a disputa comercial com a China deve ser intensificada, e o equilíbrio do Brasil entre as duas canoas será mais difícil, porque a reestruturação das cadeias de valor regionais será mais acelerada. A expansão do Brics reflete essa reestruturação; em contrapartida, o acordo do Mercosul com a União Europeia não sai do papel.

Mas grande problema é a repercussão que uma eventual vitória de Trump terá na nossa política interna. Lula teve o apoio decisivo de Biden na disputa eleitoral contra Jair Bolsonaro, um dos fatores que ajudou a frustrar a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, no entanto, uma vitória de Trump levaria água para o moinho do ex-presidente brasileiro, ainda que esteja inegável. Os resultados das eleições municipais de domingo mostram que Bolsonaro se isolou e foi derrotado pelas forças de centro-direita, entretanto o bolsonarismo continua sendo uma força eleitoral considerável. Os resultados eleitorais do PL demonstram isso.

Trump e Bolsonaro são aliados diante de um espelho. Têm posições muito próximas em relação à Venezuela e a Israel. Mais do que isso, têm uma visão de mundo semelhante, com viés bastante autoritário, sobre os respectivos países e suas instituições. Um dos principais financiadores da campanha de Trump é o magnata da tecnologia Elon Musk, desafeto de Lula e aliado de Bolsonaro. Não será fácil a vida de Lula com uma eventual vitória do republicano.

Disputa indefinida

A estreita vantagem de Kamala nas pesquisas, ao manter Trump como uma alternativa de poder, também repercute na geopolítica e na economia global. Kamala lidera desde o debate com Trump na Pensilvânia, em 10 de dezembro, quando virou o jogo numa disputa na qual o presidente Biden estava sendo derrotado. Ocorre que os EUA utilizam um sistema de colégio eleitoral para eleger seu presidente. Nele, conseguir eleger a maioria dos delegados é mais importante do que a soma dos votos que os elegeram.

Historicamente, a maioria dos estados vota sempre com os republicanos ou com os democratas, mas há aqueles nos quais a maioria varia de uma eleição para outra, ora vencem os republicanos, ora os democratas. São nesses estados que Kamala e Trump concentram a campanha eleitoral nesta reta final. No momento, as pesquisas estão muito apertadas em sete estados considerados decisivos para a disputa. O principal é a Pensilvânia, que tem o maior número de votos no colégio eleitoral.

Com Michigan e Wisconsin, eram redutos democratas que se tornaram republicanos em 2016, desequilibrando a disputa em favor de Trump. Biden recuperou esses estados em 2020, mas a disputa de Harris com Trump nesses colégios eleitorais está acirradíssima. Nacionalmente, a média ponderada das últimas 13 pesquisas, calculada pelo Real Clear Politics, mostra Trump com 48,5% das intenções de voto, e Kamala com 48,3%. Na mesma fase final do pleito de 2020, Joe Biden mantinha 7,4 pontos de vantagem sobre o republicano.

Analistas registram uma estagnação na campanha de Kamala que contrasta com sua capacidade de arrecadação. Essa defasagem seria consequência da grande preocupação dos eleitores com a economia. Biden conseguiu reduzir a inflação sem provocar uma recessão, mas os resultados positivos não estão se traduzindo em votos. A maioria dos eleitores tem melhores expectativas econômicas em relação a Trump.

Além disso, o discurso negacionista de Trump em relação ao clima, suas posições contra os gastos militares com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e as acusações de que só perde a eleição se houver fraude ainda têm ressonância junto a grande contingente de eleitores. Trump explora a insegurança provocada pelas mudanças econômicas na vida dos trabalhadores americanos e os preconceitos da sociedade em relação aos imigrantes, bandeiras de campanha que o ajudaram a vencer em 2016.

Em 46 cidades pode haver novo pleito

» EDUARDA ESPOSITO

As eleições municipais acabaram no último domingo, mas 46 cidades podem ter de voltar às urnas novamente em breve, segundo levantamento do Senado. Nesses municípios, os vencedores do pleito estão com a candidatura sub judice — quando a Justiça Eleitoral investiga a chapa ou o postulante ao cargo. Em caso de punição pela Corte, o resultado é anulado, e o processo eleitoral recomeça.

De acordo com o consultor legislativo do Senado Arlindo Fernandes, as principais causas de investigação são de elegibilidade e compra de votos.

“Essa eleição é declarada anulada, e é obrigatória a realização de uma nova eleição. Outra mudança foi sobre os efeitos dos votos dados a vereadores nas eleições. Atualmente, os votos são também entendidos nulos, e é feito todo o recálculo das vagas

que correspondem aos partidos com os votos remanescentes”, disse Fernandes.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), somente ocorrem novas eleições se o primeiro colocado tiver obtido mais de 50% dos votos, caso contrário, o segundo lugar toma posse.

“Segundo o artigo 32 da Resolução do TSE nº 23.677/2021, na data da posse, sem que tenha havido julgamento definitivo do processo do candidato, o cargo de prefeito será exercido interinamente pelo presidente da Câmara Municipal, até que haja uma definição sobre a situação da chapa/candidato mais votado”, explicou a Corte ao **Correio**. “Se a impugnação da candidatura para prefeito for confirmada em definitivo pela Justiça Eleitoral após as eleições, assumirá o cargo o segundo colocado.”

O cientista político Horácio Lessa Ramalho destacou o alto custo financeiro de uma nova